

A presença das editoras universitárias nos acervos dos repositórios institucionais

The presence of university publishers in the collections of institutional repositories

Flávia Rosa

Doutora em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Professora e Diretora da Editora da UFBA.
E-mail: ffaviagoulartroza@gmail.com

Milton Shintaku

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Tecnólogo no Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - IBICT e Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF.
E-mail: shintaku@ibict.br

Rodrigo França Meirelles

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Coordenador do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia e Consultor.
E-mail: rodrigomei@hotmail.com

Susane Barros

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Coordenadora editorial da Editora da UFBA.
E-mail: susaneseb@yahoo.com.br

Caio Schwarcz Hoffmann

Graduando de Engenharia da Computação no Centro Universitário de Brasília.
E-mail: caiohoffmann@ibict.br

Resumo

Os repositórios institucionais têm exercido importante papel na disseminação da produção científica das instituições de ensino e pesquisa ampliando a visibilidade tanto do autor quanto da instituição. Na atualidade, os avanços tecnológicos tanto possibilitaram a inserção das editoras universitárias no uso dos processos editoriais digitais quanto o aumento de visibilidade, acessibilidade, uso e impacto dos livros. As editoras universitárias têm um papel fundamental de promover a difusão da produção científica e caracterizam-se por abranger todas as áreas do conhecimento, publicando textos de qualidade, avaliados por pares e de autoria de pesquisadores com filiações institucionais diversas. O presente estudo tem por finalidade verificar a adesão de editoras ao movimento de acesso aberto à informação científica através da presença de títulos publicados em acervos dos RI. Busca-se, também, conhecer a política das editoras e das instituições voltadas ao depósito de livros e capítulos nesses repositórios. Para tanto foram selecionados para compor a amostra 31 repositórios de universidades e instituições de pesquisa tendo como critério a disponibilização em suas coleções de livros e capítulos de livros. O repositório da Universidade Federal da Bahia destaca-se por disponibilizar o maior número de livros e capítulos 307 itens seguido da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária com 120. Conclui-se que ainda é tímida a participação da produção das editoras universitárias nos acervos dos RI e, na maioria das instituições, não há uma política formal de disponibilização de conteúdos em acesso aberto.

Palavras-chave: Repositórios institucionais. Editoras universitárias. Políticas - Acesso aberto.

Abstract

Institutional repositories have played an important role in disseminating scientific output of educational institutions and research expanding the visibility of both the author and the institution. Nowadays, technological advances have enabled both the insertion of university publishers in the use of digital editing processes and the increased visibility, accessibility, usage and impact of books. University publishers have a key role to promote

the diffusion of scientific production and are characterized by covering all areas of knowledge, publishing quality texts, peer-reviewed and written by researchers with different institutional affiliations. The present study aims to verify the compliance of publishers to the open access movement to scientific information through the presence of titles published in collections of IR. The objective is also to know the policy of publishers and institutions focused on deposit of books and chapters in these repositories. To do so, it has been selected 31 repositories from universities and research institutions as the sample, having as criteria the availability in their collections of books and book chapters. The repository of the Federal University of Bahia (Universidade Federal da Bahia) stands out by providing the largest number of books and chapters - 307 items - followed by the Brazilian Agricultural Research Corporation (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) with 120. It is concluded that the participation of the production of university presses is still timid in the collections of IR, and in most institutions, there is no formal policy on the provision of open access content.

Keywords: Institutional repositories. University publishers. Policies - Open Access.

Introdução

As editoras universitárias têm um papel fundamental de promover a difusão da produção científica. Caracterizam-se por abranger todas as áreas do conhecimento, publicando textos de qualidade, avaliados por pares e de autoria de pesquisadores com filiações institucionais diversas. Na atualidade, os avanços tecnológicos tanto possibilitaram a inserção das editoras universitárias no uso dos processos editoriais digitais quanto o aumento de visibilidade, acessibilidade, uso e impacto dos livros. Os repositórios podem, dessa forma, agregar valor aos objetivos das editoras porque além de disseminar têm também como função a preservação do conteúdo neles depositados.

Revela-se, assim, uma complementaridade entre os papéis dos repositórios e dessas editoras. A comercialização dos títulos e adesão das editoras universitárias ao movimento de acesso aberto à informação científica pode parecer conflitante num primeiro momento. No entanto, como são parte de instituições sem fins lucrativos e como a maioria dos títulos são oriundos de pesquisas financiadas com recursos públicos, o interesse volta-se para a divulgação da produção científica da instituição, sua circulação e impacto, estando dessa forma em pleno acordo com os princípios do movimento do acesso aberto.

Ao mesmo tempo, o livro eletrônico é um produto e um fenômeno que suscita muitos questionamentos e provoca um momento de incertezas para todos os envolvidos na cadeia produtiva editorial – editores, livreiros, autores etc. E, apesar de as tecnologias de informação e comunicação possibilitarem maior circulação do conhecimento produzido percebe-se que ainda é pequeno o número de editoras universitárias que utilizam o potencial tecnológico para publicar livros eletrônicos – aquele que só pode ser acessado e decodificado através de um

equipamento eletrônico (DOURADO; ODONNE, 2012) –, e menor ainda as que possuem uma política definida para disponibilizar as publicações em repositórios.

O estudo objetiva verificar a adesão de editoras ao movimento de acesso aberto à informação científica através da presença de títulos publicados em acervos de repositórios institucionais. Busca-se também conhecer a política das editoras voltadas ao depósito de livros e capítulos no repositório da instituição.

Trajectoria das editoras universitárias brasileiras

No Brasil, a implantação tardia das universidades, apenas no século XX □ quando nos demais países da América do Sul ocorreu ainda no final do século XVIII, início do século XIX contribuiu para que a produção acadêmica das nossas Instituições de Ensino Superior (IES) e a sistematização de sua disseminação também tenha chegado com atraso. As primeiras editoras universitárias brasileiras remontam ao fim dos anos 1950, início dos anos 1960, e é, sobretudo, nos últimos 20 anos que tal atuação tem, progressivamente, se consolidado e se profissionalizado.

A primeira editora universitária brasileira é pertencente à Universidade Federal de Pernambuco (1955). Somente nos anos de 1960, surgem novas editoras universitárias ligadas as IES do país. Não havia, no entanto, uma política editorial universitária, e um perfil de atuação definido, já que as instituições possuíam organizações e peculiaridades. Muitas editoras funcionavam juntamente com as gráficas universitárias, responsáveis pela produção dos impressos, reforçando, assim, o papel secundário da atividade editorial. (ROSA; BARROS; MEIRELLES, 2012)

Após um período de estagnação, entre 1960 a 1970, há uma retomada em 1971 do processo de criação das editoras universitárias brasileiras. O início da consolidação aconteceu nos anos de 1980, culminando com a criação, em 1987, da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU),¹ que hoje congrega cerca de 112 associadas.

A trajetória para consolidação das editoras universitárias foi árdua, por algumas questões: muitas, oriundas de imprensas universitárias, tiveram dificuldade de se estabelecerem como editoras desvinculadas da mera atividade gráfico-industrial; outras, sem

¹ <www.abeu.org.br>

uma política editorial estabelecida, publicavam por “indicação” e não por “mérito e qualidade”. A adoção de conselhos editoriais contribuiu, sobremaneira, para que de fato essas editoras cumprissem com seu papel – e primassem pela qualidade e profissionalização das atividades editoriais.

Com a criação da ABEU, o trabalho coletivo prevaleceu graças à promoção de ações que têm beneficiado não apenas as IES, mas a sociedade como um todo, graças à ampliação do alcance da produção dessas editoras. Seja através da presença em bienais, feiras de livros nacionais e internacionais, eventos acadêmicos, seja através de ações mais pontuais como o Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL);² Abeu técnico, visando a capacitação do corpo técnico-administrativo das editoras; coedição entre as editoras, dentre outras.

A produção das editoras universitárias está voltada para obras de diversas áreas do conhecimento, oriundas, em sua grande maioria, de pesquisas desenvolvidas nas IES, ou seja, privilegiando o conhecimento científico e cultural, avaliadas e aprovadas por um conselho editorial. Na atualidade, é comum a publicação de textos “[...] produzidos fora dos muros da instituição, reconhecendo e incorporando o conhecimento de qualidade gerado por outros segmentos”. (BUFREN, 2011, p. 135) Além de publicar obras advindas da compra de direitos autorais de editoras estrangeiras, importantes para a comunidade acadêmica e que são traduzidas e publicadas pelas editoras universitárias que ampliam, assim o alcance dos seus catálogos.

A atividade editorial universitária é uma das principais formas de as IES se relacionarem com a sociedade em geral e reflete a qualidade e o nível da pesquisa acadêmica e de produção de conhecimento. A contribuição dessas editoras diz respeito diretamente àquilo que publicam, aos temas que são objeto de suas obras. Tais editoras fornecem cuidadosa avaliação dos textos submetidos à apreciação para publicação, pois “têm, pelo seu vínculo institucional, de fazer da excelência do material a ser publicado o critério primeiro para sua aceitação, ao qual se submete o critério comercial” (GUEDES; PEREIRA, 2000, p.

² Esse Programa surgiu inicialmente na Região Nordeste, congregando no início dos anos 1980 as editoras da região, na tentativa de ampliar a circulação da produção dessas editoras. Contribuiu para o surgimento da ABEU e hoje, continua ativo e cumprindo o importante papel na circulação da produção das editoras universitárias.

79), e têm possibilitado o lançamento de obras de alta qualidade acadêmica, de pesquisas pioneiras, de teorizações inovadoras, de reflexões originais.

À medida que a divulgação das obras publicadas tem alcançado uma amplitude cada vez maior, estas vêm se tornando instrumentos de circulação do saber produzido nas universidades, contribuindo para o desenvolvimento da reflexão do leitor, para o diálogo entre especialistas. (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 80)

Para Vogt (2008) “O papel das editoras universitárias no processo de socialização do conhecimento e da cultura é fundamental e o livro, seu produto, instrumento e objeto material dessa dinâmica de transformação [...]”. Hoje, as editoras universitárias se inserem nesse novo momento da disseminação e divulgação científica, fazendo uso das tecnologias disponíveis não apenas para ampliar a sua inserção, mas como uma ação participativa para a democratização do acesso ao conhecimento. Tornar acessíveis os novos conhecimentos e o pensamento acadêmico a um público cada vez mais amplo se constitui numa missão legítima da atividade acadêmica, e as editoras universitárias, nesse contexto, têm posição de destaque, no processo de socialização do conhecimento e da cultura. Publicar constitui uma parte necessária e essencial da atividade acadêmica. É, pois, através da publicização, que o saber científico é socializado – seja no suporte impresso ou eletrônico.

Repositórios e políticas de acesso aberto para editoras universitárias

A implantação de Repositórios Institucionais (RI) tem a finalidade de preservar, organizar e disseminar a produção de uma instituição. No Brasil, a adoção dos RI é relativamente recente, mas, vem crescendo a cada ano, graças, dentre outras iniciativas, ao apoio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

A adoção de repositórios institucionais ou temáticos, acadêmicos ou de objetos educacionais tem sido amplamente discutida. O depósito da produção científica em repositórios, denominado como via verde, possui um papel muito importante na disseminação da informação (HARNAD, 2011). Atualmente, no Brasil, os repositórios acadêmicos têm se destacado, devido, principalmente, a própria característica dessas instituições que é de produção do conhecimento, sobretudo, nas universidades que concentram a maior parcela da pesquisa do país. De acordo com Sayão e Marcondes (2009, p. 23)

A implantação de um repositório institucional é o reconhecimento de que as atividades intelectuais e acadêmicas das instituições de pesquisa e ensino estão crescentemente representadas, documentadas e compartilhadas em formato digital; e que uma das principais responsabilidades dessas instituições de conhecimento é

exercitar a custódia sobre esses conteúdos no sentido de torná-los disponíveis para o acesso e para preservá-los por longo prazo.

Boso (2011) constatou que os repositórios institucionais são, em sua maioria, utilizados nas Instituição Federal de Ensino Superior (Ifes). Conforme Freitas, Silva e Guimarães (2009, p. 334), ocorre, nesse contexto, “a preocupação de disponibilizar os resultados de pesquisas feitas por seus docentes e discentes, o que dá uma grande projeção acadêmica e permite o acesso de maneira irrestrita, rápida e gratuita por qualquer pessoa com acesso à internet.”

Embora a maioria dos repositórios sejam classificados como acadêmicos, a implantação de repositórios que disseminam outros tipos de documentos, como educacionais e técnicos, entre outros, tem crescido consideravelmente. Assim, repositórios podem ser também classificados de acordo com o tipo de documentos, por serem multitemáticos e não apresentarem características institucionais (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010). Nesse caso, têm-se repositórios educacionais, jurídicos, técnicos e outros.

A crescente implantação de RI bem como o aumento de pesquisas sobre a temática fez com que as instituições, sobretudo de ensino e pesquisa “passassem a pensar na importância do estabelecimento de políticas de informação institucionais, trazendo como resultado prático um melhor gerenciamento da produção científica e sua disseminação para um público cada vez mais amplo”. (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 11) No Brasil, além das iniciativas de cada instituição na definição de políticas para a implantação dos seus repositórios podemos destacar o trabalho do IbiCT na sensibilização da comunidade científica quanto à importância do acesso livre ao conhecimento científico e o Projeto de Lei, nº 387 de 2011 de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.³

Em âmbito internacional uma das iniciativas mais recentes de apoio ao movimento de acesso livre foi o anúncio da Unesco, em maio de 2013, durante a abertura do World Summit on the Information Society Forum. Nesse encontro, organizado pela ONU para tratar questões sobre comunicação e tecnologias da informação a Unesco divulgou que será o primeiro membro da ONU a adotar uma política de acesso livre para suas publicações,

³ Desde 23 de maio de 2007 que Rollemberg iniciou a tramitação do Projeto de Lei (PL) n. 1120/2007 que tratava dessa questão. O PL foi arquivado de acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara, pelo fato de que em 2011, se iniciava uma nova legislatura. O Projeto de Lei n. 387/11 dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Tramita atualmente no Senado Federal.

disponibilizando-as gratuitamente e com licença para que sejam acessadas, traduzidas, adaptadas e compartilhadas (UNESCO, 2013).

No entanto, para os RI funcionarem de modo eficiente aderindo ao movimento de acesso livre, são necessários mecanismos de estímulo e políticas (mandatos) que garantam o depósito sem infringir os direitos autorais. Em todo o mundo, as instituições vêm estabelecendo políticas para garantir o povoamento dos RI. Contudo, essas iniciativas ainda ocasionam conflitos no que se refere aos contratos assinados pelos autores junto a muitas editoras, que impedem, na maioria dos casos, o autoarquivamento do texto completo em repositórios.

No caso do depósito de livros, mesmo que ainda em número reduzido, já passam a ser disponibilizados em acesso aberto. Um dos primeiros experimentos foi conduzido pela National Academies Press, que, em 1994, iniciou a disponibilização de seus livros *on-line*, em acesso aberto, enquanto exemplares continuavam a ser vendidos. Na atualidade, novos modelos sustentáveis em publicação de livros em acesso aberto são discutidos. Podemos destacar o Scielo Livros, que disponibiliza livros tanto em acesso aberto como para comercialização.

Segundo Swan (2013) os repositórios não dão retorno financeiro de forma efetiva, mas ampliam a visibilidade da instituição, a otimização e a gestão da pesquisa. Resultados apresentados por Swan (2013) evidenciam que conteúdos disponibilizados em acesso aberto podem aumentar o impacto de forma significativa. Ainda segundo Swan (2013) de cerca de 35 estudos sobre o tema, 30 comprovam o aumento do fator de impacto, em aproximadamente 200% e em alguns casos há um aumento de até 600%, após a disponibilização em acesso aberto.

Dentro desse contexto, estão às editoras que publicam livros e periódicos. Sobre os periódicos, o movimento do acesso aberto depende da adoção de duas estratégias denominadas via verde e via dourada. Porém, além da publicação em periódicos de acesso aberto e disponibilização dos artigos em repositórios é também de fundamental importância preservar e disseminar a produção de livros. A comercialização dos títulos e adesão das editoras universitárias ao movimento de acesso aberto à informação científica pode parecer conflitante num primeiro momento. No entanto, como são parte de instituições sem fins lucrativos e como a maioria dos títulos são oriundos de pesquisas financiadas com recursos públicos, o interesse volta-se para a divulgação da produção científica da instituição, sua circulação e impacto, estando dessa forma em pleno acordo com os princípios do movimento do acesso aberto.

Metodologia

A relação de editoras universitárias filiadas ABEU foi a base para a seleção da amostra, uma vez que esta Associação é a entidade representativa das editoras universitárias brasileiras. A lista disponível no site consta de 108 editoras de diversas instituições públicas e privadas, localizadas em todas as cinco regiões do país. O critério para a seleção da amostra foi a existência de repositório na instituição à qual a editora está vinculada.

Nesse contexto, utilizou-se como procedimentos de coleta de dados a técnica do levantamento e a observação direta, focando na presença de depósitos de livros publicados por editoras universitárias em repositórios institucionais. Este procedimento ocorreu totalmente via web, utilizando como instrumento de coleta um questionário caracterizando a pesquisa como indireta documental, visto que os dados são coletados de fontes diversas e de forma remota.

Resultados

Da relação de 108 editoras, foram selecionadas 31. Encaminhou-se para estas editoras universitárias um breve instrumento de coleta de dados contendo cinco perguntas, versando sobre a política formal de acesso aberto, adotada ou não pela instituição ou em particular pela editora; o seu envolvimento na política da própria instituição e em caso de adesão ao acesso aberto e o posicionamento sobre a motivação.

Quanto ao resultado do instrumento de coleta de dados encaminhado às editoras (31), 11 responderam, sendo 10 vinculadas a IES públicas e uma vinculada a IES privada. Destas, três não fazem nenhum tipo de disponibilização dos livros produzidos pela editora e uma delas, pertencente a uma instituição privada informa que não pretende disponibilizar uma vez que a editora tem caráter “comercial”. De modo geral, não foram encontradas políticas explícitas que definissem a adoção do acesso aberto, nem por parte das instituições, nem particularmente pelas editoras. Apenas uma editora apresenta de fato uma política, a EDUFBA, tanto da Editora com respaldo de seu Conselho Editorial como da Instituição como um todo.

A iniciativa da EDUFBA representa uma linha de editoras universitárias que disponibilizam sua produção em acesso aberto. Desde a criação do Repositório Institucional

da UFBA, a EDUFBA foi o projeto piloto com a disponibilização do catálogo de livros. Para tanto o Conselho Editorial definiu a política de arquivamento para esse conteúdo:

- O Conselho Editorial da Editora da UFBA será soberano nas decisões relativas ao arquivamento dos conteúdos produzidos pela Editora;
- Todo e qualquer conteúdo, já publicado, para ser disponibilizado deverá ter a concordância do autor(es) ou organizador(es), mediante assinatura de um termo. Os autores com conteúdos a serem publicados, no ato de assinatura do contrato de direito autoral, estarão autorizando sua disponibilização, obrigatoriamente.
- Os livros esgotados e relevantes, após análise do Conselho Editorial, serão disponibilizados na íntegra;
- As Coleções MANUAIS e SALA DE AULA além de outras que surgirem tendo como objetivo dar suporte aos cursos de graduação e pós-graduação serão disponibilizadas na íntegra, independente da data de lançamento;
- Títulos definidos pelo Conselho Editorial, a partir da análise do parecer, que se destina a um público muito restrito, ficarão disponíveis apenas no RI;
- Os novos títulos, excetuando as coleções definidas anteriormente, serão arquivados no RI após seis meses de lançamento, salvo nos casos em que editais e/ou contratos recomendem a obrigatoriedade do acesso livre. (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011, p. 137)

Na atualidade a EDUFBA ampliou sua iniciativa com a criação do Edital ELIVRO em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação da UFBA. Os livros dos autores contemplados são publicados em formato eletrônico (ePub), com total financiamento e disponibilizados em meio digital no RI UFBA. Além desse Edital, a EDUFBA recebe todos os anos propostas para publicação de títulos com financiamento via Edital de Apoio à Publicação Científica e/ou Tecnológica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) que são obrigatoriamente disponibilizadas seis meses após a publicação, conforme recomendação prevista no edital da Fundação.

Nas demais editoras foram encontradas algumas ações de disponibilização de títulos em repositórios. No caso da Editora da Fiocruz uma política está em processo de discussão na Câmara da Instituição, mas a Editora já disponibiliza alguns títulos no RI; a Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana também disponibiliza títulos no RI e adota a cláusula de disponibilização da publicação após seis meses do seu lançamento nos editais de publicação que realiza. Nas demais, além de não possuírem uma política formal, a disponibilização, quando ocorre, é via site da própria editora ou em outros vinculados à instituição. Uma delas disponibiliza apenas periódicos.

Dentro desse perfil, destaca-se o repositório da Universidade Federal da Bahia (RIUFBA) com 307 livros ou capítulos de livros depositados, seguido pelo Repositório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que não é uma instituição

acadêmica, mas de pesquisa, com 120 livros ou capítulos de livros. Esses dois repositórios são semelhantes, visto que grande parte dos documentos são publicados pela própria editora.

No repositório da Universidade de Brasília (RIUnB), com 104 livros ou capítulos, e no repositório Livre Saber, da Universidade Federal da São Carlos (UFSCar) ocorre o oposto. No RIUnB, há apenas 17 títulos da editora da universidade, contendo vários livros de editoras comerciais como a Thesaurus, ou mesmo de outras universidades, como os publicados pela EDUFBA Editora da Universidade de Federal de Pelotas (UFPel) e da Editora da Universidade Federal Fluminense (UFF). O destaque do Livre Saber são os livros da Universidade Aberta do Brasil (UAB) da UFSCar.

Em repositórios institucionais acadêmicos deposita-se a produção dos corpos docente e discente vinculados à instituição. Então, a presença majoritária das publicações da própria editora é normal e não representa endogenia, mas uma característica das editoras universitárias, em publicar a produção da instituição. A presença de publicações de outras editoras, no entanto, pode significar uma maior abrangência da editora ou um alinhamento às orientações do acesso aberto.

Revela-se que nas IES que possuem editoras, na maioria dos casos, não têm suas publicações depositadas em outros repositórios. Nesse ponto, destaca-se a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que deposita grande parte das publicações da EDUFBA. Ressalta-se ainda os repositórios da EMBRAPA e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), pois, mesmo que em menor número, disponibilizam as publicações de suas editoras. Nesse sentido, com a política alinhada ao acesso aberto, a EDUFBA possui documentos, não apenas, no repositório da UFBA, mas em repositórios como o da Universidade de Brasília (RIUnB), o da Fundação Oswaldo Cruz (ARCA) e o da Universidade Federal de Pelotas (Guaiaca). Essa presença em vários repositórios aumenta a visibilidade dos autores e das obras, pois incrementa a facilidade de acesso aos documentos, e consequentemente, a visibilidade da própria editora, pois transcende os limites da instituição vinculada.

Outro dado levantado é que dez repositórios ainda não possuem nenhum livro ou capítulo depositado, mesmo que possuam coleções para esses tipos de documentos criados na estrutura. Verificou-se ainda que nove repositórios apresentam menos de dez livros ou capítulos de livros depositados. Com isso, mais da metade dos repositórios estudados possui um número reduzido (0,36%) de livros ou capítulos de livros em relação ao total dos acervos de todos os repositórios observados, um total de 248.438 documentos.

Esses resultados podem significar a pouca valorização, por parte dos gestores dos repositórios, no depósito de livros ou na dificuldade em se obter permissão para o depósito. Outro ponto refere-se à publicação em editoras comerciais, que, muitas vezes, não liberam o conteúdo para acesso aberto.

Considerações finais

Cabe salientar que os dados coletados nos repositórios são altamente variáveis, com depósitos diários, necessitando acompanhamento. Por isso, o presente estudo apresentou um cenário pontual, que pode ser alterado em pouco tempo. Estudos transversais seriam apropriados para acompanhar o crescimento e verificar tendências.

Constatou-se que ainda há poucos livros e capítulos de livros depositados nos repositórios, embora sejam fontes importantes de informações consagradas como canais preferenciais para as disciplinas das Humanidades. Mesmo com a baixa adesão das editoras na composição dos acervos dos repositórios das universidades considera-se essa contribuição valiosa tanto pelo enriquecimento do acervo quanto por minorar dificuldades de acesso às publicações. Tanto o repositório, quanto as editoras compartilham de objetivos comuns em disseminação do conhecimento. Contudo, ainda se faz necessária a definição de políticas explícitas das editoras para disponibilização de suas publicações.

Destaca-se iniciativas como da EDUFBA que fomenta o acesso aberto no âmbito das editoras universitárias. Com essa ação, revela-se o engajamento da universidade e editora em conceder acesso ao conteúdo publicado de forma gratuita. Da mesma forma as editoras da FGV e da EMBRAPA disponibilizam livros e capítulos, dando visibilidade à produção da instituição.

Outro ponto a se destacar é a falta de um serviço que apresente as políticas das editoras científicas frente ao acesso aberto. Para os periódicos existem serviços como o Sherpa-Romeo da Universidade de Nottingham da Inglaterra, Dulcinea, do Ministério da Educação e Ciência da Espanha, Blimunda, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, de Portugal e Diadorim, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia do Brasil que disponibiliza as políticas para depósitos em repositórios.

A pesquisa revelou, ainda que de forma preliminar, um cenário propício a novos estudos e ações por parte dos gestores de repositórios e de editoras universitárias. A adesão das editoras ao movimento de acesso aberto abre novas possibilidades para todos os atores envolvidos nesse processo: a editora, a universidade, os autores, os estudantes e os leitores de um modo geral. É preciso alinhar-se e adequar-se ao momento atual, em que as tecnologias de informação tornam-se parte do cotidiano contribuindo para chegarmos a uma democracia informacional de conteúdo acadêmico, na sua plenitude.

Referências

- BOSO, A. K. **Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas: análise sob o aspecto das fontes informacionais**. 2009. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- BUFREN, L. S. Edição universitária no Brasil. In: ASSOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIA DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE et al. **Edición universitaria en Iberoamérica: contenidos, presupuestos, experiencias**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011.
- DOURADO, S.; ODONNE, N. A arquitetura do livro digital na plataforma Google: um estudo exploratório. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n. 34, p.131-141, maio/ago. 2012.
- FREITAS, M. A.; SILVA, P. N. da; GUIMARÃES, J. F. Repositórios institucionais: a experiência da Universidade de Brasília. In: SAYÃO, L. et. al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 333-344.
- GUEDES, M. C.; PEREIRA, M. E. M. Editoras universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanía cultural? **Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 78-84. 2000.
- HARNAD, S. **Open access archivangelism: the long, wrong road to open access: copyright negotiation**, 2011. Disponível em: <<http://openaccess.eprints.org/>>. Acesso em: 01 fev. 2011.
- ROSA, F.; MEIRELLES, R. F.; PALACIOS, M. Repositório institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 129-141, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/4058/5603>>. Acesso em: 21 jun. 2011.
- ROSA, F.; BARROS, S.; MEIRELLES, R. **Adoção do acesso aberto por uma editora universitária: o caso da Editora da UFBA**. 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/2012/resumos/R7-1575-1.pdf>. Acesso em: 7 set. 2013

SAYÃO, L. F.; MARCONDES, C. H. Softwares livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. In: SAYÃO, L. et. al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23-54.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. **Manual do DSPACE**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010.

SWAN, A. **Directrices para políticas de desarrollo y promoción del acceso abierto**. Paris: UNESCO, 2013.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Open Access policy concerning UNESCO publication**, 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ERI/pdf/oa_policy_en_2.pdf>. Acesso em: 07 set. 2013.

VOGT, C. O livro e as editoras universitárias. **Jornal da Ciência**, n. 3639, 11 nov. 2008. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=59867>>. Acesso em: 7 set. 2013.

DOI: [10.11606/issn.2178-2075.v4i2p152-164](https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p152-164)